

Questões sobre a gramática e sobre seu lugar na Linguística Aplicada: apresentação do número temático sobre ensino e aprendizagem de gramática da Revista Brasileira de Linguística Aplicada

Heliana Ribeiro de Mello
Ricardo Augusto de Souza

A gramática, vista sob olhares que contemplam seu ensino e sua aprendizagem, pode ser percebida como um poliedro. Cada uma de suas faces abre portas que conduzem a debates intensos e questões desafiadoras. Soma-se a eles o fato de que aparentemente todos os interessados nos processos educacionais, seja como agente direto ou não, têm algum tipo de opinião acerca do lugar da gramática na educação linguística dos mais diferentes perfis de aprendizes. Nos extremos, há aqueles que exprimem forte convicção de que ensinar gramática é o sintoma mais decisivo de um quase maligno anacronismo metodológico; assim como há aqueles que encaram com profunda desconfiança, senão ostensivo horror, propostas educativas e/ou programas pedagógicos que auto-promovem seu vanguardismo através de alegações sobre a superação definitiva da abordagem da gramática. Porém, por acreditarmos que o ensino e a aprendizagem da gramática constituem-se como um objeto multifacetado, não redutível a dicotomias de extremos, vemos, sobretudo, que eles se instauram como questão para o campo disciplinar da Linguística Aplicada. É por esta razão que apresentamos com grande prazer a nossos leitores este número temático da Revista Brasileira de Linguística Aplicada.

Os impasses e questões que se desdobram em torno do ensinar e aprender gramática certamente remontam ao dimensionamento político subjacente à normatização linguística. No tocante ao ensino da língua portuguesa no Brasil, a questão da normatização dos usos educados remete-nos à tradição gramatical que teve hegemonia intelectual antes da consolidação dos primeiros círculos linguísticos nos ambientes acadêmicos destinados ao estudo das Letras. Essa vertente, denominada gramática tradicional, foi e ainda é responsável pela normatização de um padrão de uso linguístico prestigioso

e visto como elevado. Nas palavras de Mattos e Silva (1989, p. 12), “essa gramática procurou estabelecer as regras, consideradas as melhores, para a língua escrita, com base no uso que dela faziam [...] os seus mais ‘bem acabados’ usuários, os chamados ‘grandes escritores’”. No caso do ensino de línguas estrangeiras, esse dimensionamento político tem cores especialmente quentes no que diz respeito à língua inglesa e seu estatuto como língua de comunicação internacional, reconhecido por muitos. Tal estatuto foi e tem sido o foco de debates nos quais encontram-se antagonizadas posições que defendem uma normatização da língua inglesa como língua segunda e estrangeira a partir dos elementos comuns das variantes nativas da língua e posições que defendem uma perspectiva pluricêntrica, aberta às “línguas inglesas” emergentes de seu uso por povos e comunidades cujas heranças étnicas são diferenciadas dos povos de matriz cultural anglo-americana.¹

Acerca dos debates em torno da norma maximamente compartilhada ou do pluricentrismo na língua inglesa como língua não materna, encontramos uma ponderação bastante interessante na leitura de Seargeant (2009), que propõe que ambas as posições encerram o paradoxo de se nortearem igualmente por ideais educacionais democráticos. O argumento em defesa da norma maximamente compartilhada (proposta, ressalte-se, como pautada por modelos nativos), destaca o autor, erige-se sobre um ethos de que a mobilidade social e o acesso a muitos bens e atividades relaciona-se em grande parte ao domínio das formas e gêneros de expressão percebidos como bem educados. Por outro lado, o argumento em defesa da descentralização de normas erige-se sobre o questionamento da hegemonia político-econômica de alguns povos, realizada historicamente pelo domínio e a submissão imperial e exploratória de outros, e também da defesa da legitimidade de identidades não hegemônicas. Entendemos esta leitura como interessante por percebemos que há de fato a ambiguidade apontada por Seargeant (2009). Mais ainda, julgamos que essa ambiguidade pode ser facilmente transposta ao debate em torno do ensino da gramática de língua materna na escola brasileira. Sobretudo, chamamos a atenção sobre este paradoxo a guisa de demonstração de que questões relativas

¹ O debate em torno da perspectiva de normatização centralizada e da perspectiva pluricêntrica da língua inglesa e sua expansão como língua não materna é geralmente remontada a trabalhos de Quirk e de Kachru. Seus artigos originais, assim como excertos de trabalhos que deram força ao debate, podem ser lidos no volume organizado e comentado por Seidllhofer (2003).

ao ensino e a aprendizagem de gramática não suscitam respostas fáceis, nem tampouco se resolvem na repetição de *slogans* ideológicos.

As questões sobre o ensino e a aprendizagem da gramática em contextos de educação linguística seja ela em língua materna ou língua não materna, não se encerram, contudo, no âmbito de seus reflexos políticos e sociolinguísticos. Questões cognitivas extremamente importantes também subjazem a qualquer tomada de posição sobre o lugar da gramática nas escolas. Na esfera do ensino de língua inglesa como língua segunda e estrangeira, acreditamos serem ainda bastante populares entre muitos professores as ideias do linguista norte-americano Stephen Krashen, expostas em seu famoso “modelo do monitor” (KRASHEN, 1985). Defensor indemovível do papel central da exposição a insumo linguístico como condição *sine qua non* do processo de aquisição de segunda língua, Krashen defendeu igualmente que o ensino explícito de formas linguísticas seria não só inócuo, mas danoso ao aprendiz de línguas. A posição forte de Krashen estimulou um conjunto de pesquisas razoável sobre o papel da instrução formal na aprendizagem de línguas não maternas, sendo que um número expressivo desses estudos converge para conclusões distintas da posição advogada pelo linguista (cf. ELLIS, 2008).

Não obstante, o problema do valor cognitivo da instrução explícita das formas gramaticais aprofunda-se em outras questões cujo escrutínio é igualmente relevante. Uma dessas questões centrais diz respeito à escolha de estratégia de instrução explícita, pois certamente alguém que chega à decisão de ensinar gramática deparar-se-á sem demora com a necessidade de tomada de decisão sobre como ensinar. Essa nova frente apresenta possibilidades igualmente pouco triviais. A ideia de que ensinar gramática resume-se a enunciar “regrinhas” e “receitas” é prontamente abalada pela constatação da própria dificuldade de formulação de regras com acurácia descritiva e potencial de generalização robustas o suficiente e que sejam, ao mesmo tempo, pedagogicamente adequadas para um público cuja faixa etária e/ou interesses intelectuais se afastam das agendas da pesquisa e teorização linguística (cf. WESTNEY, 1994; VILELA, 2009). Vêm surgindo, mais recentemente, possibilidades pedagógicas para o ensino de gramática que respondem aos limites da pura apresentação metalinguística que, ao buscar conciliar objetivos descritivos e objetivos didáticos, pode incorrer em generalizações frágeis. Dentre essas possíveis metodologias, julgamos pertinente mencionar o volume bastante razoável de estudos que vislumbram a incorporação de *corpora* eletrônicos ao ensino (cf. ST. JOHN, 2001; YOON, 2008) e o desenvolvimento

de tarefas pedagógicas (cf. ELLIS, 2003) que enfatizam as correlações entre dimensões e contingências dos usos discursivos e seu suporte no sistema linguístico. Ainda que resultados promissores já se avolumem, uma série de importantes questões empíricas permanece sobre essas possibilidades pedagógicas, tais como se elas se adequariam a um contexto específico de ensino e aprendizagem tal qual o brasileiro e, se não, que adaptações deveriam ser buscadas e quais as bases para as mesmas. Ou ainda, a exploração das relações entre sucesso ou insucesso dessas estratégias de ensino com os perfis cognitivos, sociocognitivos e afetivos que tipificam os diferentes aprendizes que se inserem em processos de educação linguística. Por fim, a possibilidade de transposição de estratégias exploradas no ensino de línguas estrangeiras para as situações de ensino e aprendizagem da língua materna nos parece igualmente uma fronteira válida para a investigação empírica.

Abordando algumas das questões acima apresentadas, neste número da RBLA há oito artigos e uma resenha. Os artigos são agrupados sob três temas, respectivamente: ensino de gramática de língua estrangeira baseado na forma, inovações no ensino de gramática e ensino de gramática de língua portuguesa.

Iniciando o primeiro grupamento temático, Finger e Vasques analisam o papel da instrução explícita no aprendizado do *Present Perfect* por brasileiros em contexto escolar através de uma abordagem experimental. Os autores concluem que o ensino explícito da forma gramatical é benéfico ao aprendizado, uma vez que aqueles aprendizes submetidos a tratamento experimental apresentaram os melhores resultados avaliativos comparativamente àqueles não submetidos a tratamento de instrução explícita. Na sequência, Marques apresenta seu estudo sobre o papel do redirecionamento atencional na aquisição de conectivos concessivos por adultos aprendizes de inglês L2. Os resultados encontrados pela autora indicam uma melhora considerável no processo de aprendizagem guiado pela percepção consciente de formas.

No segundo grupamento temático, voltado para inovações no ensino de gramática, há dois artigos. No primeiro, Aparício investiga a inovação do ensino de gramática em aulas de sete professores da rede pública de ensino. A autora conclui que os professores, apesar de se utilizarem de atividades e práticas diversas, produzem algumas respostas comuns às demandas de inovação. O segundo artigo, de Dutra e Silero, propõe a utilização de metodologias da Linguística de *Corpus* para o fomento do processo de aquisição de segunda língua. As autoras discutem a ocorrência de agrupamentos com a palavra *for* na escrita argumentativa de alunos universitários e sugerem atividades

pedagógicas relacionadas à descoberta de padrões linguísticos emergentes em *corpora* para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos.

O terceiro e último grupamento temático, voltado para o ensino de gramática de língua portuguesa, traz quatro artigos. No primeiro, Angelo apresenta um estudo historiográfico do ensino de gramática de língua portuguesa no Brasil nas décadas entre 1950 e 1970. A autora conclui que aquele ensino não era homogêneo e apresentava espaço para posturas distintas daquela considerada tradicional. Na sequência, da Silva investiga o ensino de gramática de língua portuguesa no ensino fundamental contemporâneo e conclui que há a coexistência de diferentes perspectivas teórico-metodológicas na prática dos professores que atuam nesse nível de ensino. Da Silva, Pilati e Dias, a seguir, apresentam uma discussão voltada para a superação da concepção tradicional de língua e de ensino de língua, buscando uma concepção de linguagem capaz de subsidiar novas metodologias de ensino e de remodelar o conteúdo a ser ensinado. Fechando o terceiro bloco temático, Gonçalves, Saito e Nascimento, voltados para práticas que enfocam a língua contextualizada, apresentam proposta de modelização didática de uma prática sócia, com fins à elaboração de materiais didáticos articulados linguística e discursivamente baseados no funcionamento da linguagem.

O número 10:4 da RBLA é fechado pela resenha de Viana sobre Anderson & Corbett (2009) que explora a língua inglesa através de *corpora online*, assim direcionando a atenção do leitor a um tema de grande relevância no contexto da pesquisa em Linguística Aplicada atual.

A guisa de conclusão, julgamos interessante mencionar uma ausência que nos chamou a atenção e que, em nosso entender, poderia trazer uma contribuição adicional ao amplo e rico panorama que neste número temático apresentamos aos nossos leitores. Trata-se da abordagem da dimensão da aprendizagem da gramática *stricto sensu*, ou seja, estudos relacionados à organização e ativação do conhecimento gramatical internalizado pelo aprendiz, e que potencialmente formata seu uso automatizado de expressões linguísticas. Essa ausência parece-nos sugerir que talvez se trate de uma frente de estudos pouco explorada na academia brasileira, o que certamente não encontra correspondência com sua produtividade em outros países onde há pesquisas sobre a aprendizagem de línguas em geral e a aprendizagem de línguas estrangeiras em particular. Se nossa percepção corresponder à verdade, antes de convidarmos o leitor à apreciação dos trabalhos ora agrupados, deixamos nossa sugestão de um encaminhamento de estudos futuros, que certamente

contribuirão para a rede de conhecimentos que podem e devem alimentar a reflexão e as ações que fomentam a melhoria da educação linguística ofertada no Brasil.

Bibliografia

ANDERSON, W; CORBETT, J. *Exploring English with online corpora: an introduction*. London: Palgrave Macmillan, 2009.

ELLIS, R. *Task-based Language Learning and Teaching*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

ELLIS, R. *The Study of Second Language Acquisition – 2nd Edition*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

KRASHEN, S. *The Input Hypothesis and its Applications*. New York: Longman Group, 1985.

MATTOS E SILVA, R. *Tradição Gramatical e Gramática Tradicional*. São Paulo: Editora Contexto, 1989.

SEARGEANT, P. *The Idea of English in Japan – Ideology and the Evolution of a Global Language*. Bristol/Buffalo: Multilingual Matters, 2009.

SEIDLHOFER, B (Org.). *Controversies in Applied Linguistics*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

ST. JOHN, E. A case for using a parallel corpus and concordance for beginners of a foreign language. *Language Learning & Technology*, v. 5, n. 3, p. 185-203, 2001.

VILELA, A.C. S. *Transferência Linguística e Transferência de Treinamento na Interlíngua do Falante de Português -L1/Inglês-L2*. 2009. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte, 2009.

WESTNEY, P. Rules and pedagogical grammar. In: ODLIN, T. (Org.). *Perspectives on Pedagogical Grammar*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

YOON, H. More than a linguistic reference: the influence of corpus technology on L2 academic writing. *Language Learning & Technology*, v. 5, n. 3, p. 31-48, 2008.